



Keywords: Early childhood; Child development; Happy Child Program; Child health.

INTRODUÇÃO

O Programa Criança Feliz (PCF), intitulado em Maceió como Programa Primeira Infância Cidadã (PPIC), é uma iniciativa do Governo Federal, criado pelo Presidente Michel Temer, no ano de 2016, sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) e lançada no município de Maceió no ano de 2019, com o propósito de fortalecer a atenção na Primeira Infância, ressaltando o desenvolvimento integral infantil e o fortalecimento do vínculo entre a criança, a família e a comunidade. O programa atua junto às gestantes, crianças de até 36 meses inscritas no CadÚnico e crianças até 72 meses e suas famílias que recebam o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

De acordo com Kaiser e Freitas (2010), a faixa etária que compreende a primeira infância, entre 0 a 72 meses (6 anos completos), constitui-se como uma etapa fundamental do desenvolvimento infantil, momento em que se compõem as bases essenciais de sua compreensão sobre o mundo. Nesta fase, é importante que a criança viva em um meio seguro e saudável para que possa atingir bons níveis de desenvolvimento cognitivo, físico, linguístico, emocional, entre outros.

No processo de desenvolvimento da criança, a família exerce um papel imprescindível, no entanto, por muito tempo não era reconhecido como tal. A compreensão do sentimento de família é ascendida em meados do século XVII e foi divisor de águas para que os cuidados com a infância adquirissem um status subjetivo, com a percepção legal sobre o respeito e reconhecimento da criança como membro integrante do núcleo familiar, a quem se daria importância de promover os vínculos e garantir responsabilizações da família, e do estado sobre a educação, a saúde e o bem-estar da criança (ARIÉS, 1981).

O ambiente familiar é o primeiro ambiente social da criança, portanto ele deve ser rico em estimulação, sobretudo nas primeiras experiências, dentre elas



criança como prioridade para o desenvolvimento de programas e qualificação de profissionais.

Programa Primeira Infância Cidadã

O Programa Primeira Infância Cidadã (PPIC), foi lançado pela prefeitura de Maceió, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) no ano de 2019, com o propósito de apoiar e acompanhar o desenvolvimento infantil integral na Primeira Infância (crianças de 0 a 6 anos de idade) e facilitar o acesso da gestante, das crianças e de suas famílias às políticas e aos serviços públicos que necessitam. O Programa se desenvolve por meio de visitas domiciliares que compreendem ações de saúde, educação, assistência social, cultura e direitos humanos. Promove também o fortalecimento do papel das famílias no cuidado, na proteção e na educação das crianças na primeira infância e incentiva o desenvolvimento de atividades lúdicas incluindo outros membros da família.

O Programa prioriza áreas cuja população se encontre em situação de vulnerabilidade e risco social e que concentrem um alto número de gestantes e de crianças de zero a seis anos com índices elevados de pobreza, desnutrição, violência, mortalidade infantil, entre outros aspectos. Diferentemente de outros programas sociais, o PPIC não presta auxílio às famílias com nenhum tipo benefício financeiro. No entanto, através do acompanhamento das crianças desde o período gestacional, assegura-lhes o direito aos serviços e auxílios básicos imprescindíveis para seu desenvolvimento saudável e integral.

Inicialmente, cinco territórios localizados na cidade de Maceió, estão recebendo a atuação das equipes do Programa Primeira Infância Cidadã: Benedito Bentes, Vergel do Lago, Cruz das Almas, Jacarecica e São Jorge. O programa tem como meta contemplar cerca de 1500 famílias.

As visitas domiciliares e o papel do visitador



A visita domiciliar, é entendida como método, técnica e instrumento, no qual se estabelece o movimento das relações, ou seja, a escuta qualificada, o vínculo e o acolhimento, possibilitado que os grupos familiares ou comunidades tenham melhores condições de se tornarem mais independentes no seu próprio cuidado e desenvolvimento. Importante ressaltar também que a visita se estabelece *in loco*, permeando o lugar do seu cotidiano, do seu mundo vivido e enfrentado, de acordo com sua visão de mundo. Atualmente, a visita domiciliar é utilizada por diferentes profissionais, objetivando atender o indivíduo na sua integralidade (Lopes W.O., Saupe R. & Massaroli, A., 2008).

A visita domiciliar realizada pelo visitador social do PPIC se configura como a forma indicada para que o visitador capte a realidade das crianças, dando subsídios para a execução do programa. E deve ter, além do planejamento semanal das ações e da supervisão, realizada por profissional de nível superior, um olhar integral à família.

O visitador social é o profissional que terá o olhar diferenciado acerca dos diferentes contextos familiares, e é a partir do seu conhecimento, experiência e sensibilidade que ele irá perceber e identificar o que precisa ser oferecido como orientação e trabalhado com as famílias, utilizando-se da escuta qualificada e da construção de vínculos como condição para o estímulo das capacidades e potencialidades do público beneficiário.

O visitador necessita, portanto, de um olhar humanizado e holístico da situação que cerca a família. Também deve estar atento aos riscos que colocam as crianças e os integrantes da família em contextos de vulnerabilidade. Ser visitador é uma função de extrema responsabilidade e exige conhecimento e capacitações constantes, constituindo uma das premissas do programa.

Método

O método de pesquisa escolhido foi o relato de experiência de Visitadoras Sociais do PPIC. O relato propõe uma descrição da implantação do PPIC em Maceió e utilizou-se de procedimentos qualitativos. Ocorreu no primeiro semestre de *GEPNEWS, Maceió, a.4, v1, n.1, p.51-59, jan./mar. 2020*

V Jornada Acadêmica do HUPAA
Tecnologias em Saúde
27 - 29 de Novembro 2019



2019 um Processo Seletivo coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Maceió, o qual objetivou a contratação da equipe do PPIC. Foram contemplados profissionais de nível médio e superior (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, enfermeiros, entre outros).

Os primeiros passos para implantação do programa foi a capacitação dos supervisores e visitadores sociais, na qual foram abordados temas relevante como o Marco da Primeira Infância, Introdução ao Sistema Único de Assistência Social, o Programa Criança Feliz, além de um diálogo com outras políticas públicas, como educação e saúde. Após este momento, foi realizado um reconhecimento do território onde a equipe irá atuar. Este reconhecimento ocorreu através de visitas técnicas em parcerias com os profissionais do CRAS no qual a equipe estava locada. Realizou-se articulações com dispositivos da comunidade e uma busca ativa dos possíveis beneficiários. Atualmente, estamos na fase do planejamento para o início das visitas domiciliares.

Em paralelo a implantação do programa, a equipe funciona em sistema de educação permanente, participando de seminários e cursos de capacitação. Além das visitas domiciliares e planejamento das atividades, a equipe do PPIC vem contribuindo em eventos como a Semana do bebê e datas comemorativas, como o dia das crianças.

Resultados

Um dos passos iniciais para a implantação do programa foi o reconhecimento do território. Para isto foi fornecido através do CRAS de referência do programa um mapa do território. Neste mapa é indicado o território e seus limites. Em seguida, foram realizadas visitas técnicas ao território. Essas visitas têm como objetivo a identificação das potencialidades, fragilidades e os dispositivos sociais (escolas, postos de saúde, centros comunitários, associações, etc.) que compõem cada área.

V Jornada Acadêmica do HUPAA
Tecnologias em Saúde
27 - 29 de Novembro 2019



A apresentação do programa à comunidade vem acontecendo aos poucos através de iniciativas como o convite para a participação na Pré-Conferência Municipal da Assistência Social da região administrativa que o CRAS está vinculado, nas reuniões dos centros de convivência do CRAS e reuniões com as famílias que são acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Além disso, como já foi mencionado, o programa está estritamente ligado à intersectorialidade das políticas públicas. Para o cumprimento deste objetivo, estão sendo realizadas articulações com a rede de saúde, educação e associações não governamentais. Além de estabelecer vínculos com a rede de assistência social do território, como o Centro de Atenção Especializada de Assistência Social (CREAS) e os outros CRAS próximos ao território.

Para o levantamento das famílias que concordam em aderir ao programa, assim como, a explicação detalhada sobre o funcionamento do mesmo, está sendo realizada a busca ativa nos territórios atendidos pelo CRAS. Nesse momento, os visitantes sociais acompanhados das supervisoras dividem-se em grupos e deslocam-se para as residências, filtrando dessa forma as famílias interessadas, as principais demandas de cada comunidade e realizando também contato com atores sociais locais (associações dos bairros e líderes comunitários).

A adesão ao programa por parte das famílias tem sido positiva, uma vez que a maioria se mostrou acolhedora e disposta a ouvir os profissionais e a repassar os dados necessários para o pré-cadastro. Identificamos também que a população ainda continua bastante carente de informações, tanto em relação aos seus direitos quanto aos serviços da assistência, saúde, educação disponíveis. Como exemplo disso, foi observado que muitas famílias tiveram seus benefícios bloqueados por falta de atualização cadastral ou ainda não se inscreveram no CadÚnico, pois acreditavam que este se limitava ao benefício do Bolsa família.

As maiores dificuldades enfrentadas pela equipe de visitantes tem sido o acesso a algumas áreas, a sensação de insegurança ao adentrar a casa das pessoas, a pouca divulgação do programa nos bairros locais e a falta de equipamentos de

